

Paulo Renato Cardoso de Jesus

A inteireza do sujeito: entre a autonomia estrutural e a anomia narrativa Um percurso pela Psicologia do Desenvolvimento¹

«[A relação] é o entre-os-dois (o *Zwischen*), origem que ordena o Eu como Eu e o Tu como Tu... Isto significa não só a ruptura com a psicologia, mas também com as noções ontológicas, quer de substância quer de sujeito, para afirmar uma modalidade nova do entre-os-dois significando ontologia e psiquismo da co-presença e da sociabilidade.»
E. Levinas (1992: 226)

«O homem é uma invenção, e uma invenção recente, tal como a arqueologia do nosso pensamento o mostra facilmente. E talvez ela nos indique o seu próximo fim.
«Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, ... – então pode-se apostar que o homem se desvaneceria, como à beira do mar um rosto de areia.»
M. Foucault (1968/1966: 502)

Entre a estrutura e o sentido: da solidão ao encontro

Ao percorrer-se a psicologia do desenvolvimento, sente-se que a habita uma tensão subterrânea: a tensão que, simultaneamente, reúne e opõe uma entidade funcional-estrutural ao experienciar da doação de sentido, o que coincide com uma outra oposição esquemática entre a solidão e o encontro (entre a “acção autónoma do só” e a “afecção heterónoma do encontrado”). O sujeito epistémico da teoria cognitivo-desenvolvimental (Piaget e Kohlberg) e o sujeito integrador da teoria da identidade do ego (Erikson e Marcia) são *substancialmente* construtivos, estruturais e “solitários”, importa investigar se estas teorias não significam uma certa abdicação da “inteireza do sujeito” em favor de uma certa “estreiteza” ou “pontualização” do sujeito epistemologicamente fundada. A inteireza do sujeito é a imbricação de alma, corpo, outro e palco: imbricação narrativa (de histórias e estórias) que é a terra fontal do dar-se do sentido – da própria significância e sensibilidade do sentido. Pode encontrar-se um ponto médio e mediador entre o projecto estrutural-construtivista e o narrativo-co-construtivista no intersujeito semiótico de Vygotsky (1978, 1987, 1997) e na dialógica de Bahktin (1981, 1986).

O meu projecto consiste, portanto, em usar estética e criticamente a minha imaginação metateórica de modo a compreender os modos de conceber “o sujeito e a sua história” em *algumas* teorias maiores da psicologia do desenvolvimento. Considerando, com Broughton² e Zahaykevich (1988: 196) que «a noção de desenvolvimento [é]

¹ Este artigo é uma versão traduzida e adaptada de um texto francês não publicado, que o autor escreveu sob a orientação dos Professores Ch. Vandenplas-Holper e James Day, durante o ano lectivo 1997/1998 na Universidade Católica de Lovaina.

² Ver também Broughton (1987), a propósito da relação entre a teorização em psicologia do desenvolvimento e as opções ideológicas subjacentes.

fundamentalmente ideológica», dada a evocação (e talvez a cristalização) da figura moderna de uma liberdade de natureza egoíde em progresso autofundado, preferia falar de “história” para denominar o tornar-se ou a temporalidade vivida pelo sujeito, em vez de perpetuar ingenuamente a metáfora do «desdobramento», apesar da sua inegável potência heurística (Van Geert, 1986). Seria igualmente de evitar a palavra *sujeito*: com efeito, *sub-jectum* transporta ressonâncias indesejáveis. Segundo Heidegger, um dos sinais da modernidade filosófica é a assimilação *hypokeimenon-subjectum*. Um modo de resistir a esse substancialismo teria sido a utilização de termos alternativos como *pessoa, existente (Dasein), jectum, interject(um)a...*, mas faltou «ousadia».

As questões lançadas, apesar de não se seguir um plano sistemático, às nossas teorias alvo da psicologia do desenvolvimento foram as seguintes:

- 1) Quem ou o que é que é o sujeito? o que constitui a subjectividade do sujeito? quem ou o que é que se desenvolve ao longo do desenvolvimento?
- 2) Qual é o «porquê» e o «como» do desenvolvimento – os seus factores causais, os seus mecanismos funcionais, os seus processos...?
- 3) Qual a relação entre o sujeito e o seu desenvolvimento?

Estas questões podem formular-se de outro modo, se rescritas numa linguagem que se abre à problemática da doação/aparição/afecção do sentido e que projecta já algumas das «para-hipóteses» de resposta a explorar:

- 1) A subjectividade é intra- ou inter-subjectiva, autárquica ou an-árquica, auto- ou dia- ou poli- ou a-nómica?
- 2) O desenvolvimento é um auto- ou um inter-“desdobramento”? Tem uma natureza mono- ou dia- ou eco-lógica?
- 3) O sujeito é autor ou co-autor, construtor ou co-construtor do seu desenvolvimento? Qual a relação entre «ser agente de» e «ser agido por», entre actividade e passividade, entre acção e afecção?

1 – O sujeito epistémico e o equilíbrio majorante

1.1.– Piaget : a bio-lógica da vida cognitiva

O problema fundamental que ocupa os trabalhos psicológicos piagetianos é o da constituição de uma epistemologia genética: a formação e o desenvolvimento dos conhecimentos – das estruturas cognitivas do sujeito. Neste sentido, o sujeito em causa não é o indivíduo singular com a sua unicidade histórica viva e vivida³, mas o «sujeito epistémico, quer dizer, os mecanismos comuns a todos os sujeitos individuais do mesmo nível,...o sujeito “qualquer”» (Piaget, 1987: 58). Este «núcleo cognitivo» geral (Id., *ibid.*: 119), que constitui a subjectividade do sujeito epistémico, é definido como «um centro de funcionamento e não como sede *a priori* de um edifício acabado» (Id., *ibid.*: 123), porque as estruturas cognitivas são construções tendo sempre uma génese: «“o ser” das estruturas, é a sua estruturação» (Id., *ibid.*: 119). Em Piaget, o estruturalismo é indissociável do construtivismo genético – um tipo fundamental de funcionalismo -, que quer ultrapassar a antinomia epistemológica tradicional (da *tabula rasa* dos empiristas

³ «Il est des esprits qui n'aiment pas le sujet et si l'on caractérise celui-ci par ses « expériences vécues » nous avouons être de ceux-là. ...Dans le cas de la construction des structures cognitives, il va de soi que le « vécu » ne joue qu'un faible rôle, puisque ces structures ne se trouvent pas dans la conscience des sujets, mais, ce qui est tout autre chose, dans leur comportement opératoire...» (Piaget, 1987/1968: 58)

versus as *ideae innatae* dos racionalistas) defendendo a necessidade da interacção sujeito-objecto para que haja conhecimento (Id., 1967a: 18-9; 1967b: 147). Todavia, este interaccionismo é claramente «assimétrico» (Simões, 1992)⁴, marcado por uma «*tendência hiperconstrutivista*» (Ducret, 1984), onde o primado pertence à actividade interna do sujeito.

O desenvolvimento é caracterizado por uma descontinuidade estrutural (daí os diversos estádios – momentos estruturais de equilíbrio) e por uma continuidade funcional (daí a evolução de um estádio para outro), que integra os processos cognitivos na unidade do movimento da vida, i.e., das funções gerais do organismo: organização e adaptação, equilibração e regulação, assimilação e adaptação, conservação e antecipação (Piaget, 1967b: 297). As obras «*Biologie et connaissance*» (1967), «*Adaptation vitale et psychologie de l'intelligence*» (1974) e «*L'équilibration des structures cognitives*» (1975) aprofundam as analogias (mais que analógicas!) entre a relação adaptativa organismo-meio e a relação epistémica sujeito-objecto, identificando os mecanismos reguladores comuns à evolução da vida – a embriologia orgânica – e ao desenvolvimento da inteligência – a embriologia mental (Piaget, 1967b: 32). Retomemos as suas linhas de base, pois esta «*analogia geral*» entra directamente na problemática da interacção e do seu estatuto no seio da economia desenvolvimental piagetiana.

A solução interaccionista é encarada como o *tertium* que supera «*dialecticamente*» (Id., *ibid.*: 148) tanto a oposição lamarckismo-darwinismo em biologia como a de apriorismo-empirismo em teoria do conhecimento. Consequentemente, as novas formas de vida e de conhecimento não seriam nem inatas, nem adquiridas, resultando antes de uma construção autêntica e sempre inacabada, fruto do sistema aberto das interacções organismo-meio e sujeito-objecto, respectivamente. «Os processos cognitivos aparecem, então, simultaneamente, como o resultado da auto-regulação orgânica, de que reflectem os mecanismos essenciais, e como os órgãos mais diferenciados desta regulação no seio das interacções com o exterior» (Id., *ibid.*: 49). Contudo, este *tertium* é cibernético (Id., *ibid.*: 189ss), daí a existência de uma teleonomia interna ao sistema, traduzindo-se por uma actividade «orgânico-subjectiva» de auto-organização e de auto-regulação conservadoras face às variações «ecológico-objectivas». O evolucionismo dinâmico de Waddington é também integrado fortalecendo a centração na «teleonomia»: o desenvolvimento segue «crêodoi (= caminhos necessários)» que formam uma determinada «paisagem epigenética» e, no caso das pressões exteriores imporem um desvio, dá-se a resposta de um processo «homeorrético», um «equilíbrio cinemático» regulando o retorno à trajectória normal «através de um jogo de compensações coercitivas» (Id., 1967b: 39-40; 1974: 18; 1976: 124-5). O *tertium* cibernético-homeorrético evita, com efeito, as duas soluções tradicionais, mas traz consigo um aumento de poder autárquico ou auto-nómico por parte do sujeito enquanto «*centro de funcionamento*»⁵. Ainda que «uma influência sistemática

⁴ Tabora Simões (1992) procura encontrar as razões desta assimetria na luta de Piaget contra o empirismo e no meio cognitivo em interacção com o qual o seu pensamento se formou, nomeadamente a filosofia crítica de L. Brunschvicg e a psicologia construtivista de P. Janet.

⁵ Este poder ou controlo exercido pelo sujeito na interacção é «qualquer coisa» que «se passa nele» sem qualquer carácter voluntário ou vivido. O sujeito apenas tem consciência (e isto de um modo relativo) dos resultados dos processos cognitivos, ao passo que os mecanismos funcionais e estruturais que a sua acção gera formam *l'inconscient cognitif* (Piaget, 1972: 8-10; 1968b: 58-9). O sujeito-centro-cognitivo funcional goza de uma autonomia, de um género de espontaneidade auto-reguladora – uma exigência interna de coerência – fundada (daí a relatividade desta autonomia) nas coordenações e regulações do sistema nervoso. Com a concepção de um sujeito “centro de funcionamento”, Piaget evita uma subjectividade

do meio pudesse eventualmente levar a desvios duradouros no crêodos» ou que, correlativamente, métodos pedagógicos «mais activos» pudessem acelerar «um pouco o ritmo» do desenvolvimento (Id., 1967b: 40, 42), «certos caminhos necessários» para um *têlos* igualmente necessário permaneceriam não extra-determináveis. A dimensão construtivista – ou mesmo *hiperconstrutivista* – tende a absorver o aspecto interaccionista: Piaget torna-se discípulo de Kant, ainda que de um kantismo genético⁶.

O construtivismo – com a sua ancoragem na actividade interna do sujeito – aparece ainda mais claramente se se pensar que o «porquê» e o «como» do desenvolvimento se encontram na teleonomia cibernética e na homeorrese de Waddington, praticamente sinónimas de «equilíbrio majorante» que é apresentada como o nó explicativo de toda a intriga bio-psico-socio-lógica. De facto, é - pelo menos- desde «A psicologia da inteligência» (1947), onde, contra os lógicos estritos do estilo de Russel e os psicólogos da *Denkpsychologie de Würzburg*, Piaget propõe uma *teoria operatória da inteligência* (Id., 1967a: 23) articulando a interacção⁷ com a perspectiva genética, que o desenvolvimento é concebido como «uma evolução dirigida por necessidades internas de equilíbrio» (Id., *ibid.*: 56). Aquando da célebre conclusão de «*La psychologie de l'enfant*» (1966), ao percorrerem os diversos factores de desenvolvimento (a saber, a maturação biológica, a experiência sobre os objectos e as interacções sociais), os autores concluem que estes «não fazem uma evolução dirigida» na qual «uma construção progressiva» se desdobra sem «plano preestabelecido» (Piaget e Inhelder, 1976: 124). Assim, ainda que cada um destes factores seja fundamental no desenvolvimento mental da criança, «a questão central é a do mecanismo interno de todo o construtivismo» (Id., *ibid.*: 124), denominado «processo de equilíbrio...no sentido de uma auto-regulação, isto é, de uma série de compensações activas do sujeito em resposta às perturbações exteriores e de uma regulação simultaneamente retroactiva e antecipadora» (Id., *ibid.*: 124-5), e é portanto esta «equilíbrio por auto-regulação» que constitui o «processo formador das estruturas» (Id., *ibid.*: 126).

O meio ou os objectos introduzem desequilíbrios desencadeadores do processo de reequilíbrio – donde a necessidade desenvolvimental destas perturbações exteriores, o seu indispensável poder motor (Piaget, 1975: 18, 46) – mas o «*factor primordial*», a «*causalidade formadora*» (na constituição de um novo genótipo ou de novos conhecimentos) deve procurar-se nas «*actividades endógenas do organismo e do sujeito*», possuindo o meio apenas o estatuto de «*objecto de conquista*» (Id., 1974: 67, 73) ou de

transcendental (Kant) e um «estruturalismo sem estruturas», sem construtivismo e, portanto, sem sujeito (Foucault), mas, talvez ironicamente, o sujeito piagetiano é concebível em termos de um “funcionalismo transcendental sem sujeito” (Id., 1967b: 26, 498-500; 1975: 23-30, 35-46; 1987: 109-116).

⁶ Note-se a crítica “naturalista”, diria “biocêntrica”, de Piaget (1967b: 498-500) à subjectividade transcendental, essa obra “humana, demasiado humana”, saída das mãos dos «filósofos inquietos pelo absoluto», afirmando que a questão epistemológica exige que se coloque a questão biológica: a de saber «como se organiza uma organização», o que significa procurar o “sentido” da «organização racional» na «organização vital», adoptando um «método que consiste em tentar compreender o conhecimento pela sua construção» e recusando recorrer a uma «organização transcendente» sem antes «esgotar os recursos da organização imanente».

⁷ Piaget formula aí o interaccionismo desta maneira: «as operações intelectuais, cuja forma superior é lógica e matemática, constituem acções reais, sob o duplo aspecto de uma produção própria do sujeito e de uma experiência possível sobre a realidade» (1967a: 23). Sublinho as expressões «produção» e «experiência sobre» cujo *agente* (e não o *agido*) é sempre o sujeito. A possibilidade de uma coprodução ou co-estruturação fundamentais ou de uma acção estruturante do objecto nesta interacção está ausente.

«alimento» (Id., 1975: 13). A equilibração majorante responde a «*exigências internas de equilibração*» (Id., 1974: 73), à «*teleonomia geral da busca da necessidade*» (Id., *ibid.*: 77). As regulações, que possibilitam a equilibração, têm a sua origem num «*regulador interno*» (Id., 1975: 28): são, por conseguinte, as propriedades de assimilação e as iniciativas endógenas que dominam a dinâmica criadora do processo. Daí se deduz que o carácter majorante é um conteúdo inerente à equilibração; ela encerra «uma necessidade de construção, logo de superação», visto que só esta, com as transformações que impõe, assegura «uma certa conservação estabilizadora» procurada por todos os sistemas (Id., *ibid.*: 35-8). Um conceito-chave, em Piaget (1974), é o de «*reconstrução endógena*» que designa o modo de reequilibração própria da «fenocópia orgânica» (o fim é invalidar a ideia de “mera cópia”), cujo correspondente cognitivo - a «fenocópia cognitiva» - consiste na substituição, com reconstrução, de um conhecimento exógeno/empírico por um conhecimento endógeno/lógico-matemático, onde o papel central é jogado pelas coordenações das acções do sujeito sobre os objectos e não pelos caracteres dos objectos (Id., 1974: 90). Embora a abstracção reflexiva («*abstraction réfléchissante*») suponha a empírica, tal como os conhecimentos lógico-matemáticos supõem os empíricos, aqueles autonomizam-se em relação a estes, pois a sua formação é «*essencialmente endógena*», relevando do poder auto-regulador e assimilador do sujeito (Id., *ibid.*: 83, 109; 1975: 171-2, 186)⁸.

A concepção piagetiana do desenvolvimento insiste na ideia de auto-desdobramento. Desenvolver-se equivale sobretudo a auto-desdobrar-se, apesar de si-mesmo – ousaria dizer -, uma vez que o mecanismo de equilibração parece auto-pôr-se naturalmente, fiel à lógica organizadora geral da vida. A epistemologia é reconduzida, sem qualquer reducionismo fácil, à biologia (Id., 1967b: 500-1).

Nas obras que acabamos de revisitar, o tema da intersubjectividade ou da interacção sujeito-sujeito não é tratada. Contudo, nos seus primeiros trabalhos, Piaget tomou a cooperação inter-individual (contra as relações coercivas) como fonte, no sentido explicativo-causal, das descentrações conducentes à autonomia pessoal e à constituição da racionalidade (contra o autismo e o egocentrismo altamente deformantes do real). O artigo «*Logique génétique et sociologie*» (1928), a comunicação «*L'individualité en histoire: l'individu et la formation de la raison*» (1931) e especialmente «*Le jugement moral chez l'enfant*» (1932) dão a primazia explicativa ao factor social. A coacção e as formas de respeito unilateral reforçam o egocentrismo e o realismo moral (Id., 1995: 103, 150), simetricamente, a cooperação entre iguais e o respeito mútuo dão origem à racionalidade e à personalidade (Id., *ibid.*: 134). O vínculo causal é afirmado, ainda que uma espécie de círculo genético ou de causalidade recíproca seja anunciada: «a razão, sob o seu duplo aspecto lógico e moral, é um produto colectivo... Isso significa que a vida social é necessária para permitir que o indivíduo tome consciência do funcionamento do espírito e para, assim, transformar em normas propriamente ditas os simples equilíbrios funcionais

⁸ B. Inhelder, H. Sinclair e M. Bovet (1974) limitam o seu projecto de esclarecimento empírico do sentido da tese interaccionista a uma reafirmação da autonomia equilibratória interna do sujeito, o verdadeiro factor do desenvolvimento, cuja especificidade o torna irreduzível a um factor que fosse a «interacção dos outros factores» (p. 32). São os «mecanismos internos de apropriação do real», a «actividade estruturante do sujeito» (p. 294), que constróem as estruturas do conhecimento: «*Apprendre, c'est procéder à une synthèse indéfiniment renouvelée entre la continuité et la nouveauté*» (p. 324), sendo o sujeito o “sintetizador” em acção. É este o significado do construtivismo, seja “epistémico” seja “psicológico”, isto é, quer acentue o polo estrutural quer o polo funcional (Morgado, 1998).

imanentes a qualquer actividade mental ou mesmo vital. Com efeito, o indivíduo, por si só, permanece egocêntrico» (Id., *ibid.*: 324). Aqui, as duas formas de moral – a heteronomia e a autonomia – estão intimamente articuladas com os tipos de relações sociais – coacção e cooperação – (Id., *ibid.*: cap. IV), e o nascimento da personalidade, a aparição do eu a si mesmo, é igualmente uma consequência da superação do egocentrismo mediante a experiência da reciprocidade (Id., *ibid.*: 69-70). O círculo genético, já anunciado (a cooperação é ao mesmo tempo constituinte de e constituída pela inteligência – Piaget sublinha, porém, o polo constituinte em 1932), desenha-se claramente no capítulo sobre «os factores sociais do desenvolvimento intelectual» em «*La psychologie de l'intelligence*» (1947). Piaget, retomando a constatação do paralelismo entre a operação e a cooperação - «um pensamento lógico é necessariamente social» (Id., 1967a: 176) -, pergunta qual das duas causa a outra e, então, surge uma espécie de terceiro, uma totalidade que não procede de nenhum deles, mas que os sustém em unidade: «a actividade operatória interna e a cooperação exterior não são, no sentido preciso das palavras, senão os dois aspectos complementares de um único e mesmo conjunto, porque o equilíbrio de uma depende do da outra» (Id., *ibid.*: 177). O «Prefácio» dos «*Etudes Sociologiques*» (1965) repete este mesmo apelo a orientar a investigação numa «*direcção dialéctica*» onde a explicação recorre às «interacções e às interdependências, aos círculos e às espirais», somente controláveis por «sistemas de regulações e equilibrações» (Id., 1965: 12). Poder-se-ia, portanto, falar de um “interaccionismo-mais-que-interaccionista”, porque os termos em interacção entram num movimento de recriação contínua formando uma totalidade dinâmica que des-substancializa os interagentes. Piaget, sob este ponto de vista, não conhece a dualidade sujeito-objecto, mas simplesmente o todo dialéctico que os engloba e que constitui a única verdadeira unidade de análise (cf., a este propósito, a oposição entre as interpretações interaccionistas e transaccionais: Pervin e Lewis, 1978⁹).

Ora, é precisamente sobre a ausência de um verdadeiro modelo dialéctico do desenvolvimento em Piaget que se baseia a crítica de Riegel. Ele declara-se contra a noção de equilíbrio - e de estrutura de conjunto ou de estágio aí contidas - pois «o organismo, o indivíduo, a sociedade e mesmo a natureza exterior nunca estão em repouso (*at rest*) e, na sua inquietude (*restlessness*), raramente estão em perfeita harmonia» (Riegel e Meacham, 1978: 35). Nesta perspectiva, a teoria piagetiana deveria adoptar o conceito de *transacção*, em vez do de interacção, para centrar a sua atenção na permanente impermanência da actividade racional e não nos pólos da relação epistémica e nos seus momentos estruturais. Todavia, como já indiquei, Piaget defende que os momentos de equilíbrio são sempre ultrapassados e que nunca se atinge um equilíbrio final – interpretando, com este prisma, o testemunho da história da vida, das sociedades, das ciências e a de cada sujeito. No que concerne o desenvolvimento cognitivo, Piaget explicita-o nestes termos: «o sujeito procura evitar a incoerência e tende sempre, portanto, para determinadas formas de equilíbrio, mas sem nunca as atingir, senão por vezes a título

⁹ Piaget (1965; 1975) apresenta passagens próximas do «*transactionalism*» de Pervin e Lewis (1978: 16-7), que definem pelas três propriedades seguintes: «A) *Each part of the system has no independence outside of the other parts of the system or the system as a whole....*B) *One part of the system is not acted upon by another part, but instead there is a constant reciprocal relationship....*C) *Action in any part of the system has consequences for other parts of the system.... There is no organism or environment, there is only an organism-environment relationship...It is not just that it is possible to consider such relationships, but there is nothing but relationships ! Not only are they interdependent, but they owe their very existence and definition to one another.*»

de etapas provisórias: mesmo no que respeita as estruturas lógico-matemáticas cujo fecho garante a estabilidade local, esse acabamento abre-se constantemente para novos problemas devidos às operações virtuais» (Piaget, 1975: 170). Creio que a crítica mais fecunda colocada por Riegel não diz respeito à «antidialecricidade» nem «à crescente alienação [entenda-se abstracção, formalização] do pensamento» (Riegel, 1979: 42), mas ao facto de Piaget se ter praticamente limitado ao estudo da relação sujeito-objecto em detrimento da relação sujeito-sujeito, da «*social dialectics of interacting individuals*» (Id., *ibid.*: 5): o que permite falar de uma «teoria do monólogo do desenvolvimento mental» e não de uma «teoria do diálogo do desenvolvimento humano» (Id., *ibid.*: 89). A obra piagetiana estaria incompleta por causa da não-integração da «*inner and outer dialectics*» (Id., *ibid.*: 16) compreendendo a abertura, também dialéctica, ao mundo sócio-cultural; abertura realmente conseguida por aqueles que chegam, ontogeneticamente, às «operações dialécticas» e que se entregam ao desafio de ser «um indivíduo em devir num mundo em devir» (Id., *ibid.*: 13, 51-5). O sujeito não seria um *funcionar* equilibrante (que transitoriamente se cristaliza em estruturas), mas antes um *pertencer* total ao *fluir-devir* do seu meio (uma “fluência” constante e sempre fundamentalmente “desequilibrada” e “crítica”).

Entre os herdeiros mais directos de Piaget, há um grupo (consideremos sobretudo Doise, Mugny e Perret-Clermont) que, desde 1974, aplica um «*olhar psicossocial*» (trata-se do esquema ternário de Moscovici: *Ego-Alter-Objecto* [1984: 8-9]) ao estudo do desenvolvimento, procurando criar uma «psicologia social genética» (Perret-Clermont, 1996: 211). A (hipó)tese fundadora destas pesquisas vai ao encontro da «*lei genética geral do desenvolvimento cultural*» (Vygotsky, 1997b: 106): «a coordenação das acções entre indivíduos precede a coordenação cognitiva individual de determinadas acções, embora se fundem em competências que, para estarem presentes, deverão ter sido elaboradas previamente ou transmitidas pela hereditariedade» (Perret-Clermont, 1996: 36). Desenvolveram-se, assim, dois «paradigmas» para demonstrar a natureza intrinsecamente social da inteligência, a saber, o do conflito sócio-cognitivo e o da marcação social. O primeiro revela que o conflito de centrações entre diferentes sujeitos suscita desequilíbrios exigindo reequilibrações cognitivas novas, verificando-se um progresso cognitivo-estrutural nos sujeitos implicados, mesmo entre os «superiores», invalidando uma explicação em termos de «*modeling effect*» próprio da teoria da aprendizagem social; assinalamos ainda, de passagem, que o efeito positivo da «discordância óptima» («*optimal mismatch*») advoga a favor do «modelo da equilibração»¹⁰ (Id., *ibid.*: 193, 201). O segundo evidencia a natureza social dos objectos: os objectos são tanto mais assimiláveis e tratáveis cognitivamente quanto mais «marcados» socialmente, quanto mais estiverem inseridos em trocas sociais (Vandenplas-Holper, 1987: 84-5; Doise, 1996: 144-5). No seguimento destes trabalhos de inspiração piagetiana e de sensibilidade sociogenética, é indispensável citar Lautrey (1980) que elucidou alguns mecanismos (o tipo de estruturação, o sistema de valores e a forma linguística) pelos quais o sistema educativo familiar influencia o desenvolvimento cognitivo. Por outro lado, as investigações transculturais esclareceram o carácter activamente estruturante das variáveis eco-sócio-económico-culturais no desenvolvimento dos diferentes domínios (conteúdos) e estruturas (formas, estádios) cognitivas, introduzindo aí atrasos, acelerações, paragens e até inversões (Simões, 1992: 95-116).

¹⁰ A este propósito, ver os trabalhos «clássicos» de Kuhn (1972) e de Turiel (1966).

A atenção à «*total embeddedness*» do sujeito em desenvolvimento, a sua *inscrição* ou *pertença total* a um contexto complexo – físico, biológico, social, cultural, histórico...-, coloca um incontornável desafio teórico-metodológico à psicologia do desenvolvimento ao qual Piaget respondeu com o macro-conceito-processo-factor *equilíbrio*. Em suma, é o acolhimento da complexidade que é aqui visado... Retomarei esta questão – a questão fundamental – à medida que a reflexão for avançando em espiral.

1.2 – Kohlberg : a densidade estrutural do *justice reasoning*

«We believe, in line with Weber (1949), Habermas, and others, that objectivity is a “moment” of scientific inquiry; that the essence of “truth” value of objectivity does not reside in some reified, permanent, or factual quality inherent in the object of inquiry, but is, rather, to be found in and understood as a process of understanding which is the changing relationship between the investigator and what he or she observes. We believe that is this theoretical and methodological orientation, aptly expressed in Habermas’ notion of “objective hermeneutics” that characterizes our work.» (Kohlberg *et al.*, 1983: 166)

Esta «hermenêutica objectiva»¹¹ adoptada por Kohlberg serve um projecto bem determinado: «uma reconstrução racional da ontogénese do raciocínio sobre a justiça» (Kohlberg *et al.*, 1983: 10-6; Kohlberg, 1984: 217-23). Isto significa – como os postulados metaéticos o preparam (Kohlberg *et al.*, 1983: 64-103; Kohlberg, 1984: 274-319) – que cada sujeito é tratado como um texto no qual existe uma «*deep structure*» acessível a partir da superfície linguística: a análise de um protocolo distingue a forma e o conteúdo, limitando-se a focar a forma, porque é esta que «revela regularidade desenvolvimental e é generalizável, quer intra quer interindividualmente» (Colby e Kohlberg, 1987a: 2). Assim, eliminam-se os elementos estruturalmente não pertinentes ou ambíguos¹², porque o objectivo é a definição de «estádios piagetianos duros» referentes ao «*justice reasoning*». Com efeito, se o aparelho teórico piagetiano, num sentido geral, seduz Kohlberg, é sobretudo o «postulado» da existência de estruturas internas ao psiquismo do sujeito (convicção a que a experiência psicanalítica lhe havia já feito aderir), com o inerente conceito de estágio, que marcará a sua *démarche*. Porém, Kohlberg insiste que a definição dos seus «*hard stages*» não depende de uma teoria psicológica – não se trataria então de nenhum postulado prévio – mas do resultado «teoricamente neutro» da «análise lógica» (expressão sinónima de “hermenêutica objectiva”) «das conexões do pensamento de uma

¹¹Habermas distingue diferentes atitudes hermenêuticas possíveis: o «reconstrutivismo hermenêutico» de Dilthey, o «hermeneuticismo radical» de Gadamer e a sua proposta de um «objectivismo hermenêutico» (Kohlberg *et al.*, 1983: 12, 14). Segundo esta última, «*only to the extent that the interpreter grasps the reasons that allow the author's utterance to appear as rational does he understand what the author could have meant*» (Habermas, 1983, cit. em Kohlberg, 1986: 503). Mas requer-se uma interpretação que não seja uma arte, mas «uma ciência, i.e., uma actividade de investigação que utiliza um método de observação objectivo e fiável. Porém este método ainda se baseia na posição comunicativa de um intérprete, não na posição positivista de alguém procurando classificar e prever o comportamento como distinto do sentido» (Colby e Kohlberg, 1987a: 40).

¹² «*Our hermeneutic and reconstructive stance is part of our effort to define our stages as “hard” Piagetian stages meeting the criteria of culturally invariant longitudinal sequence, structured wholeness and hierarchical integration of a lower stage into the next stage. As a result we eliminate structurally ambiguous responses*» (Kohlberg, 1986: 503). Ver ainda Colby e Kohlberg (1987b: 910ss), sobre a distinção entre «critérios críticos e não críticos» e as regras para uma resposta não ser cotada (*left unscored*) ou para ser considerada não cotável (*unscorable*).

criança», idênticas às encontradas no pensamento de Aristóteles ou de Shakespeare pela análise de um filósofo ou de um crítico literário (Colby e Kohlberg, 1987a: 2-31; Kohlberg, 1984: 196). A consideração da «criança em desenvolvimento como um filósofo», i.e., como tendo «um espírito com uma estrutura própria» (Id, 1984: XXVIII), anima esta abordagem cognitivo-estrutural onde a forma de um estádio significa a «estrutura relativa à justiça, que consiste em operações sobre a justiça e no nível da tomada de perspectiva social, a partir do qual os juízos morais ou prescritivos são feitos» (Id., *ibid.*: 251). Em relação a Piaget, realiza-se uma inflexão considerável: o objecto de estudo passa a ser o desenvolvimento das relações interpessoais (sob o ângulo da justiça), concedendo-se uma atenção diferencial às experiências de desequilíbrios/conflitos no seu seio (e.g. Berkowitz: 1983, 1985) e avaliando-se o significado dos factores sociais (é o caso das investigações sobre a «atmosfera sócio-moral»¹³ bem como a iniciativa educativa das «comunidades justas»).

A “hermenêutica objectiva”, tal como operacionalizada no *Standard Issue Scoring* (Colby e Kohlberg, 1987b), é uma empresa ambiciosa de conciliação de duas abordagens: da fenomenológica (que consiste em acolher a «interpretação do actor» e tomá-la no seu «valor facial», sem impor aos juízos do sujeito um sentido deduzido de um «sistema interpretativo exterior» não partilhado por ele) com a estrutural (que se traduz na descoberta e explicitação do «padrão de conexões existente dentro do sentido do sujeito – a estrutura ou conjunto de relações e transformações») (Colby e Kohlberg, 1987a: 2-6). Deste modo, aplica-se um método interpretativo, mas depois de minimizado o sujeito: trata-se de uma hermenêutica propositadamente “fraca”, pois pretende-se salvar a possibilidade de objectivação, a cientificidade do método. Mas a “hermenêutica objectiva” não será uma contradição nos próprios termos: “minimizar a subjectividade” não implicará excluí-la? Um sujeito minimizado ou pontualizado é ainda sujeito? Estrutura e sentido – estruturalismo e fenomenalismo – não se devorarão mutuamente? Poderá a inteireza do sentido ser um derivado ou um conteúdo da estreiteza da estrutura? Urge perguntar pelas condições de possibilidade de uma interpretação que seja, simultaneamente, estrutural, que reúna consenso entre os diversos leitores (os diversos psicólogos a cotar o material de uma entrevista), e fenomenológica, que o sentido do autor seja “consubstancialmente” ou “co-genialmente” partilhado com o leitor intérprete (que seja acolhido o sentido próprio e primordial do texto: a experiencialidade inteira do seu autor).

No seguimento do estruturalismo cognitivo de Piaget e de Kohlberg, um conjunto sempre em expansão de investigadores procura re-problematizar as questões já levantadas ou aventurar-se em direcção a novos caminhos (cf. a breve revisão de Vandenplas-Holper, 1998: cap. VII).

Articulando a lógica estrutural com um riquíssimo «quadro de referência contextualístico-pragmático e existencial», Perry (1970: 203) procura traçar a evolução das «estruturas que os estudantes, explícita ou implicitamente, atribuem ao mundo, especialmente aquelas estruturas a partir das quais concebem a natureza e as origens do conhecimento, do valor e da responsabilidade» (Id., *ibid.*: 1). As estruturas, que por vezes têm de ser «inferidas» (Id., *ibid.*: 43), são coerentes, regulares e hierárquicas, e

¹³ A referência prototípica, neste domínio, é o estudo sobre o massacre de May Lai cujas conclusões se aproximam das dos estudos comparativos em meios escolares: «*moral atmosphere in the form of collective norms and a sense of community can be a very strong force in determining moral behavior, holding individual judgment stage constant. ... We believe that moral atmosphere influences not only the content but also the form of moral reasoning and action*» (Kohlberg *et al.*, 1983: 59; cf. Kohlberg, 1984: 263ss).

integram-se em «posições», conceito preferido ao de estádio (Id., *ibid.*: 47-8). Sendo o desenvolvimento da «interpretação da vida» que está em causa, o autor integra a criatividade e a motivação - «uma função infinitamente complexa da integridade orgânica» (Id., *ibid.*: 52) -, reconhecendo que todos os conceitos utilizados são unicamente «ferramentas para uma descrição analítica» (Id., *ibid.*: 56). Assim, até a linearidade do crescimento é relativizada: «*growth was rarely linear and more usually wavelike. Growth, we felt, usually occurred in surges*» (Id., *ibid.*: 177). Os sujeitos seguem alternativas - «*temporizing, retreat, escape*» - para enfrentarem a complexidade e a incerteza¹⁴ crescentes. O significado das estruturas só se manifesta contextualmente, afirma Perry (Id., *ibid.*: 54), sublinhando sempre a dinâmica interna dos objectivos do indivíduo. Embora o estruturalismo tenha sido renovado por um esforço de contextualização, o núcleo desenvolvimental continua centrado no sujeito, de certo modo assimilado ao conceito motivacional de objectivo - «*purpose*» (Id., *ibid.*: 201) - que configura o percurso ontogenético, orientando-o para uma posição final de “compromisso”: a assunção de uma identidade psico-socialmente incarnada (Id., *ibid.*: 202- 8).

O «esquema» de Perry é tomado como exemplar por Loevinger (Vandenplas-Holper, 1998: 229-36, 244-6) que recusa, para o «*ego development*», uma sequência de «*hard stages*», defendendo o sentido teórico da possibilidade de regressão. Kohlberg (1984: 402-25; 1986: 503) critica a dissociação entre conteúdo e estrutura, assim como a negação da existência de «*pure structures*», teses sustentadas por Loevinger; e, conseqüentemente, o que ele designa por «desacordo relativo à metodologia para estudar as estruturas da personalidade e o seu desenvolvimento» (Id., 1986: 503) parece implicar antes um desacordo teórico profundo, muito para além das controvérsias sobre o simples *scoring* e a problemática «(in)objectividade hermenêutica», relativo ao próprio sentido das noções de estrutura e de desenvolvimento, ou seja, a sugestão de um desenvolvimento não-estrutural cheio de criatividade e de liberdade de tendência otimizante, o que suscitou a acusação de enviesamento ideológico: a teoria do desenvolvimento do eu plasmada pelo espírito do liberalismo moderno (Broughton e Zahaykevich, 1988). A metodologia e a teoria determinam-se mutuamente: querer integrar todos os dados fenomenológicos dos sujeitos é supor que não há respostas ambíguas em si e isto determina ou é pré-determinado pela recusa de se subordinar a quaisquer estruturas-critério, donde deriva a complexidade qualitativamente densa dos «*soft stages*», que, segundo Loevinger, são os únicos fiéis à realidade psicológica viva e vivida de uma pessoa. Os estádios do desenvolvimento do perdão apresentados por Enright e sua equipa (Vandenplas-Holper, 1998: 221-9, 244) são também «estruturalmente fracos» e o modelo processual, que estes autores conceberam, implica a mesma complexidade qualitativa inerente ao tipo de relação com o objecto estudado: os componentes do perdão são múltiplos e o seu encadeamento assume configurações muito diversas.

Uma nova era pós-estruturalista, que já não reconhece a densidade ou a interioridade estrutural do sujeito, instala-se na psicologia do desenvolvimento actual: uma abordagem dialógico-narrativa (cf. a análise crítica de Lourenço [1996]). Um texto de natureza programática nesta orientação é o de Day e Tappan (1996) onde se atribui a Gilligan (1977, 1982) o mérito de ter estabelecido a ruptura, aquando da identificação da

¹⁴ No que respeita a incerteza ou relatividade epistémica inseridas num quadro mais largo do desenvolvimento do conhecimento epistémico (os «metaconhecimentos»), ver os trabalhos de King, Kitchener e seus colaboradores. Para uma síntese crítica, Vandenplas-Holper (1998: 88-95).

*care voice*¹⁵, fundamentalmente heterogénea e inassimilável pela viril *justice voice* de Kohlberg. Este, porém, “trivializou” a profundidade da ruptura então emergente, acolhendo o trabalho de Gilligan como sendo um «alargamento do estudo psicológico do domínio moral» (Kohlberg *et al.*, 1983: 17-28), mantendo inalterável a convicção de que a justiça seria o elemento próprio da moralidade (Kohlberg, 1984: 224ss). Resumindo livremente, diria que, para uma compreensão pós-estruturalista, logo pós-cognitivo-desenvolvimental, o que é decisivo na «descoberta» desta *care voice*, é a instauração da polifonia ou da possibilidade de habitar (ser habitado por) a babelização e a glossolália: quer dizer que o sujeito é um intersectar-se de vozes e línguas, de histórias e de encontros irredutivelmente plurais. As *deep structures* já não são “essências psicológicas” que a linguagem «epifaniza» e a conduta actualiza; elas tornam-se antes (e apenas – e tanto!) configurações de superfície, «modos de falar», ilusões vocais, ou melhor, intervocais que disfarçam a perpétua inconstância dos diálogos que somos. Retomando a análise de Habermas, dir-se-ia que os estádios do raciocínio moral derivam de e reduzem-se a estádios do desenvolvimento da competência interactiva-comunicativa (Kohlberg, 1984: 375-86), sendo a comunicação, o *self* e a sociedade realidades interactuantes e interpenetradas. Esta dialogicidade constituinte dos sujeitos é (in)substancialmente narrativa: pensar ou falar é contar histórias: ser-se é historiar-se. Ora, a acção de contar é sempre uma interacção, uma história é sempre uma co-criação, tão criadora que (re)cria os seus criadores, estes são sempre e só aqueles que a sua co-criação criou. Dialogicidade narrativa constitutiva e constituinte. Eis o *linguistic turn* e a «Sexta-feira Santa metafísica» em psicologia: a Psychê morreu. De um universo de entes estruturais emerge um outro de fluências diegéticas ímpares: biografias. Todo o mundo humano – “aquilo” que é *quem* somos – se dá na palavra e toda a palavra se forja no encontro e todo o encontro é criação de significância: evento e história. Há uma emoção crepuscular-auroral que estes autores, que foram beber a Vygotsky, Bahktin, Wittgenstein, Ricoeur, Habermas, Wertsch, Harré, McIntyre, Bruner, Gergen..., não podem dissimular.

Do ponto de vista da investigação, se o desenvolvimento «*se passa essencialmente entre pessoas, nas relações e na conversação que partilham*» (Day e Tappan, 1996: 75), é preciso deslocar a focalização do monólogo intrapsicológico para o campo dialógico do «entre-os-dois», o que significa abandonar «a hermenêutica objectiva» para adoptar uma hermenêutica intersubjectiva¹⁶. Esta descentração para o inter-espaco não se faz mediante uma anulação dos intra-espacos, pois a dualidade dentro-fora, individual-social, com os

¹⁵ De facto, (Gilligan, 1982: 73) apresentar a “linguagem moral” das mulheres perante a experiência do aborto como pertencendo a um universo ético e psicológico (uma *ethic of care* e uma *psychological logic of relationships*) *essencialmente* distinto da “lógica formal da equidade e da reciprocidade”, que informa a moral da justiça dos estádios kohlbergianos (supostamente universais), significa (ou quer significar) não somente a descoberta da voz moral no feminino, mas o anúncio da desconstrução da interioridade estrutural.

¹⁶ Um exemplo de deslocamento gradual de «focalização», ou melhor, de alargamento da extensão aos dois campos referidos, é o de Selman que «começou» com a descrição de uma «*invariant sequence of cognitively based stages*» da compreensão da relação eu-outro (Selman, 1980: 23), para elaborar de seguida um modelo estrutural-funcional com níveis ortogenéticos onde a microanálise das interacções é central para identificar a conjugação das estratégias de negociação interpessoal com as capacidades de comunicação (Selman, 1988); finalmente, segundo Day e Tappan (1996: 75), a erosão do elemento estrutural torna-se evidente aquando de um trabalho posterior sobre a amizade (Selman e Schultz, 1992). A tese de Crivisqui-Linares (1983) tem esta mesma orientação microanalítica, prolongando o conceito vygotkyano de microgênese, e os níveis identificados são «*soft stages*» do pensamento pró-social.

mecanismos de interiorização e exteriorização é aqui desprovida de qualquer sentido: já não estamos em Mead ou Vygotsky, mas em Bakhtin. O diálogo, a sua história, as suas formas, a sua carne viva... é o todo psicológico: *All the world's a stage* é a verdade inteira.

A radicalidade sociogenética desta inteligência dialógico-narrativa do sujeito impede mesmo a legitimidade da objecção segundo a qual haveria, no mundo da corporeidade e das emoções – o registo antropológico do *patiens* e do *sentiens* – um campo que se furtaria ao universo da palavra e do diálogo, um campo de uma espontaneidade autopoética que surpreenderia sempre, como o inesperado do sofrimento e da alegria, a própria indeterminação da cena dialógica. O insucesso da objecção deriva do seguinte postulado, sempre explícito ou implícito: nenhum sentido é “sensível-para-mim”, se aquém, além ou estranho ao “sentido-nosso”. Por outras palavras, a possibilidade de ser afectado não surge senão de uma história de co-afecção: o *corpo próprio* é ele mesmo um *efeito teatral* desta história que nós estamos a inventar juntos, o *quem* somos. Solidão impossível: estou sempre connosco, eu é «inter» - é o próprio «diá» de diá-logo.

Perante o sacrifício estrutural do sentido, o narrativismo e o textualismo essencialistas são tentativas de «restituição»: a identidade narrativa é uma unicidade (*ipse*) sem identidade (*idem*), significa a distribuição dialógica do sujeito. Contudo, pressagia-se também um excesso: a possibilidade da impossibilidade do próprio sujeito. No mesmo instante, abre-se-nos uma oportunidade e uma vertigem, pois, se o vivido (*vécu, Erlebnis*) e o sentido, enquanto constitutivamente partilhados, questionam a psicologia do desenvolvimento, fecundando-a com uma interpsicologia fenomenológico-hermenêutica, esta fecundação pode consistir igualmente na erosão radical dos actores devorados pelo seu palco (não obstante, cada um dos actores jamais se escapa a si-mesmo: o corpo é o lugar e a metáfora de uma novidade única e resistente, metáfora do *structum*, ainda que *cum-structum*, de uma estrutura).

2 – O sujeito integrador e o mapa epigenético

Freud (1968), em «Três ensaios sobre a teoria da sexualidade», apresentou a história “movente” da *libido* até o início da adolescência, uma história psico-sexual «organicamente determinada e fixa pela hereditariedade» (Freud, 1968: 177) – esta expressão refere-se especificamente ao período de latência, mas é generalizável (ainda que, para Freud, a Natureza e a experiência se despertem reciprocamente, a teleologia biológica insinua-se [Id., *ibid.*: 184]). Apoiando-se na teoria freudiana, e partindo da sua própria experiência (o interesse pelo Ego, o trabalho clínico com crianças e psicóticos, e a aplicação social da psicanálise), Erikson alargou a *teoria da libido* à totalidade da vida humana, ao *life cycle* (Erikson, 1963: 64).

A concepção epigenética do desenvolvimento embriológico, em que «cada órgão tem o seu tempo de origem próprio» ao longo do crescimento (Id., *ibid.*: 65), é tomada por Erikson para desenhar o seu mapa do desenvolvimento psico-social (Id., *ibid.*: 269ss.): este progride segundo um plano predeterminado do qual emergem as diferentes funções reforçando o ego com uma nova qualidade. Estas emergências/diferenciações acontecem nos momentos críticos (*critical steps*) em que uma mudança de orientação da energia libidinal provoca simultaneamente uma «vulnerabilidade» e uma «potencialidade» específicas (Id., 1972: 98) – logo um *turning point*, uma crise – reclamando uma decisão entre «progresso e regressão, integração e paragem» (Id., 1963: 270-1). Cada crise – cada momento de diferenciação e de julgamento/juízo (*krisis* e *iudicium* são sinónimos) – reúne

a personalidade e a sociedade, mas, o princípio epigenético exige-o, «tudo tem de existir sob alguma forma desde o início, pois cada acto requer uma integração de todos» (Id., *ibid.*: 271). O desenvolvimento faz-se através de integrações sucessivas: a totalidade torna-se mais diferenciada e mais integrada. Por outras palavras, o princípio epigenético aproxima-se do princípio ortogenético: «sempre que há desenvolvimento, este procede de um estado de relativa globalidade e de ausência de diferenciação para um estado de maior diferenciação, articulação e integração hierárquica» (Werner, 1957: 126). Com efeito, se uma compreensão epigenética do desenvolvimento do ego ajuda a perceber o elo estreito entre as tarefas desenvolvimentais e o espaço-tempo social que as pede ou estimula ou torna possíveis (enquanto *psychosocial tasks*), ou seja, se há um postulado interaccionista explícito (cf. a presença de Waddington na obra piagetiana), por outro lado há o perigo de uma comparação ou de uma assimilação demasiado fáceis e simplificadas entre o crescimento do embrião e o ciclo da vida, como as noções de energia libidinal e de uma espécie de teleologia integradora parecem sugerir. O sentido desta observação esclarecer-se-á de seguida.

Marcia (1966), para melhor perceber o modo como os adolescentes enfrentam a opção «realização da identidade *versus* difusão da identidade» (tarefa que, segundo o esquema eriksoniano, lhes incumbe), propôs, sem os colocar numa sequência genética que os interligasse, «*ego-identity statuses as individual styles of coping with the psychosocial task of forming an ego identity*» (Marcia, 1966 : 558), definidos pelas variáveis «*crisis and commitment*», «*engagement in choosing*» e «*personal investment*» (Id., *ibid.*: 551). Um tratamento teórico posterior dos conceitos propostos (Marcia, 1980) apresentava a identidade como uma «*self-structure – an internal, self-constructed, dynamic organization of drives, abilities, beliefs, and individual history*» (Id., 1980: 159). Assim, o processo indicado como responsável pela constituição identitária é de natureza “crítico-decisional”, «*a decision-making process*» (Id., *ibid.*: 161) a que o sujeito é confrontado e ao qual, conscientemente ou não, responde; responder significa escolher-se, auto-construir-se. Apesar da introdução dos aspectos desenvolvimentais (Id., *ibid.*: 168-72) e apesar da sugestão para se «(psico)sociologizar» este domínio de investigação integrando nele, quer as expectativas sociais, quer o «design das instituições culturais» em que a identidade é formada (sugestões em grande parte impostas pelos dados referentes ao significado psicológico dos estatutos identitários nas raparigas, para quem a “hipoteca da identidade” tinha revelado as mesmas consequências positivas que a “realização da identidade” nos rapazes), o processo de individuação/identificação permaneceu centrado na acção construtiva, sintética, decisória do sujeito (Id., *ibid.*: 181).

Josselson (1980) volta a insistir na noção de identidade como potência (auto)integradora: «a identidade pessoal (*ego identity*) é uma função das capacidades sintéticas do ego», ... «o desenvolvimento do ego requer somente uma maior estruturação e autonomia das funções do ego, ... os ganhos em individuação-autonomia resultam sobretudo de uma reorganização interna das estruturas e das representações dos objectos e do *self* » (Josselson, 1980: 201, 204). O sujeito – o ego – é considerado uma estrutura, uma *Gestalt* dotada de dinamismo que se assemelha ao “centro de funcionamento” de Piaget, com uma diferença essencial que consiste na passagem do universo epistémico ao da existência, passagem das estruturas cognitivas às estruturas existenciais-personológicas. De qualquer maneira, partilham uma concepção estrutural-construtivista: o desenvolvimento “bem sucedido” significa um acréscimo progressivo de estabilidade estrutural (*equilíbrio cognitivo* para Piaget «*ego strength*»

para Erikson e Marcia), resultado da actividade interna do sujeito que é “essencialmente” *self-constructed, self-integrated*. O trabalho de integração, requerido pela formação da identidade, “evoca” o processo de perlaboração indispensável numa terapia psicanalítica, porquanto um trabalho de interiorização, de estruturação e de assunção da sua história é a base do progresso identitário. Marcia (1988) procura identificar os processos comuns aos paradigmas «identidade do ego», «relações objectais» e «cognitivo-desenvolvimental», concluindo que «exploração-compromisso», «vinculação-separação» e «assimilação-desequilíbrio-acomodação-equilíbrio» são processos isomorfos seguindo «um movimento que parte da segurança e da estrutura, atravessa um período de exploração e de perda de estrutura e chega a uma posição de reestruturação que resolve o desequilíbrio (*the disequilibrating issues*) num nível superior ao que era anteriormente possível» (Marcia, 1988: 223); estas teorias teriam ainda em comum «um movimento geral afastando-se da dependência do meio e um movimento dirigindo-se para a interiorização da realidade externa» (Id., *ibid.*: 219); «integração» ou *integrative process* seria então o conceito-nuclear¹⁷. No entanto, esta tese começa já a acolher uma perspectiva relacional: os pontos de vista “coordenam-se”. Os resultados das investigações sobre as «relações objectais» introduzem elementos decisivos (e.g. a relação entre a vinculação segura, a confiança de si e a *responsiveness*) que Josselson (1988) articula harmoniosamente no seu *embedded self*. A *embeddedness* é humanamente primordial: o «*lone self*» não existe, é-se sempre «*embedded in and with others*» (Josselson, 1988: 91), e assim «a autonomia talvez seja simplesmente uma forma de relação (*a form of relatedness*)» e o «desenvolvimento um movimento para formas cada vez mais diferenciadas de nos relacionarmos com os outros» (Id., *ibid.*: 100). Marcia (1993: 109), por seu turno, apropriar-se-á igualmente desta dimensão relacional da identidade, mas recusa identificar a autonomia com a «*embeddedness in a relational matrix*». Para ele, a linguagem a adoptar é a da dialéctica entre os dois termos mantendo sempre a sua alteridade, pois «o desenvolvimento humano é uma dialéctica constante entre ligação e separação, entre relação e solidão» (Id., *ibid.*: 101). A definição estrutural da identidade (Id., *ibid.*: 104) e o processo de internalização (Id., *ibid.*: 105) não são revistos: o dentro e o fora subsistem.

Uma nova era pós-estruturalista pode inaugurar-se se, no seguimento de Josselson (1988: 104), a teoria do *self* se tornar uma teoria da relação ou, mais radicalmente, se, no seguimento da abordagem narrativa, tal como fora grosseiramente esboçada por Grotevant (1993: 128-9), o modelo epigenético se tornar hermenêutico e o olhar centrado no duo forma/conteúdo se voltar para o processo a-estrutural, isto é, para a intriga da história da vida onde a *improvisação* aberta (anómica) é a essência do que, metaforicamente, se denomina «desenvolvimento» e «*onde o self é apenas um músico no conjunto* que está em palco» (Id., *ibid.*: 132). «Um modelo socialmente contextualizado da identidade» bastante “equilibrado” é proposto por Oyserman e Packer (1996) que concebem a identidade como sendo simultaneamente «*outside in*» e «*inside out*» (p. 200), conjugando o aspecto profundamente pessoal e interpessoal da aventura identitária.

Evidentemente, a leitura da *Ego Identity Theory* feita pelo *Social Constructionism*, segundo o qual o intrapsíquico tem a sua origem no mundo social das instituições e das interacções mundanas (Slugoski e Ginsburg, 1993: 51), des-estrutura o conceito de identidade, situando-o ao nível do discurso (estando previamente estabelecidas quer a sua

¹⁷ Vandenplas-Holper (1990: 128) notou a mesma convergência entre o conceito de identidade e os mecanismos funcionais piagetianos.

instrumentalidade sociocultural quer a inexistência de qualquer *mind-cogito* sob a linguagem) e, assim, a «identidade» de Erikson e os «estatutos» de Marcia são apenas «um modelo de maneiras culturalmente sancionadas de falar acerca de si mesmo e dos outros durante um certo período da vida nas sociedades ocidentais», quer dizer, são o *ethos burguês* do indivíduo racional, livre e responsável.

De um sujeito estrutural forte, chegámos a um sujeito insubstancial sem centro em si: local do Encontro, do Plural e dos *Sêmeia* onde as vozes se cruzam e constelações de sentido são (re)estabelecidas. O estruturalismo pratica uma espécie de *epochê*: vastas regiões do sujeito são suspensas, “postas entre parênteses”. Não se trata de um anti-humanismo, mas de uma “outra coisa” que não humanismo, aquém ou além do humanismo, uma «neutralização» da antropologia, não para neutralizar o homem, mas para criar um novo discurso/saber sobre o homem valorizando a «positividade» sem ser estritamente positivista. Assim, na história das ciências humanas, esta «corrente» jogou um papel epistemológico fundador, talvez mesmo libertador; deu um solo firme, quer dizer, um método, um modo de constituir um mundo e um objecto respondendo de forma coerente às nossas questões. Porém, este objecto, o sujeito epistémico-estrutural-integrador, foi obtido mediante uma *pontualização* – a suspensão de grandes regiões do universo subjectivo – que nos desafia hoje a empreender um esforço de *restituição*: como resposta à *redução transcendental* dar-se-ia uma *restituição empírico-fenomenológica*. Ao sujeito transcendental do funcional-estruturalismo responderia um sujeito empírico incarnado: que é corpo e terra e tempo e outros, uma trajetória ecobiopsicossocial singular. Ao sujeito pontualizado, actor-agente forte, potencialmente auto-nómico e autárquico, a restituição realizaria uma “re-situação” pela qual o sujeito se tornaria um actor-agido fraco, passividade anómica e anárquica, atravessado pelas vozes e os gestos dos outros actores, um actor definido sobretudo pelas «afecções» que constantemente reconfiguram o palco.

Com as diversas formas de estruturalismo construtivista – de que o sujeito “centro de funcionamento” de Piaget e o sujeito “minimizado” da “hermenêutica objectiva” de Kohlberg são figuras paradigmáticas – assiste-se a um esclarecido *eclipse do sentido*, evocador da profecia enigmática de Foucault, na última página de «As palavras e as coisas», sobre a possibilidade iminente do fim do homem. O retorno do sujeito celebra a inauguração da «era hermenêutica da razão» (Greisch), o momento da *desconstrução* (a *Verwindung* heideggeriana) das grandes metáforas numa descida à fonte da «doação do sentido» (*Sinngebung*). A desconstrução da “estrutura” anuncia uma subjectividade-ipseidade, uma temporalidade vivida e vivente narrando-se – mantendo-se na *alteração* ininterrupta (Ricoeur, 1985, 1990). A desconstrução da “actividade” e da “autoconstrução” anuncia uma subjectividade meta-ontológica (da fissão da substância e da essência) e meta-fenomenológica (da não-intencionalidade): «*La subjectivité du sujet, c’est la vulnérabilité, exposition à l’affection, sensibilité, passivité plus passive que toute passivité, temps irrécupérable, dia-chronie in-assemblable de la patience, exposition toujours à exposer, exposition à exprimer et, ainsi à Dire, et ainsi à Donner*» (Lévinas, 1974: 64). Subjectividade «desnucleada» ou «desclaustrada» de si mesma, porque «hetero-afecção»: é a «intriga do Outro no Mesmo» (Id., *Ibid.*: 227, 228, 155, 31, 32).

A inteireza significante/significadora do sujeito convoca co-primordialmente o outro, o corpo¹⁸, o palco, o tempo, as estórias. Porque o sentido se dá na terra da diacronia histórica do entre-os-dois, uma semiótica inteira abraça uma hermenêutica dialógica e ecologicamente trabalhada.

3 – Os intersujeitos semióticos e a encarnação sócio-cultural

In consciousness, the word is what – in Feuerbach's words – is absolutely impossible for one person but possible for two. The word is the most direct manifestation of the historical nature of human consciousness. Consciousness is reflected in the word like the sun is reflected in a droplet of water. The word is a microcosm of consciousness related to consciousness like a living cell is related to an organism, like an atom is related to the cosmos. The meaningful word is a microcosm of consciousness. (Vygotsky, 1987: 285)

Vygotsky é um caminho irrecusável quando se trata de abordar a natureza semiótica da subjectividade ou o estatuto da mediação cultural no desenvolvimento humano. A sua obra maior – «Pensamento e discurso» (1934) – foi consagrada à análise genética das relações entre o pensamento individual, o *factum* da consciência, e o discurso interindividual, o *factum* da linguagem. O célebre esquema que daí resultou, contrariamente ao apresentado nos primeiros trabalhos de Piaget, descreve uma trajectória de individualização crescente à medida que a interiorização cria o espaço interno: do discurso social através do discurso egocêntrico até ao discurso autista-racional (Vygotsky, 1987: 53-91); em vez da sequência piagetiana: discurso interior-autista – discurso e pensamento egocêntricos – discurso socializado e pensamento lógico (Id., *ibid.*: 75). Se, para Piaget, a socialização exerce uma pressão (semelhante à *coacção* exterior às consciências, essência dos *factos sociais*, em Durkheim) oposta à de «substância psicológica», naturalmente egocêntrica e divorciada do real; para o psicólogo russo, nunca há (houve) um momento não-social do psicológico (pelo menos, se o «psicológico» quer dizer *funções mentais superiores*): a linguagem cumpre, primeiramente, uma função comunicativa na interacção social e é da necessidade de compreensão entre interlocutores que nasce a *generalização*, i. e., o conceito. A função comunicativa precede, torna possível (e é tornada possível pela) função intelectual da linguagem, a linguagem transformada num meio social de pensamento. A criação da linguagem dá-se no centro da prática social, do processo de trabalho (a relação transformante com o mundo), ou seja, é um produto histórico sócio-cultural e não um elemento da natureza. Ontogeneticamente (bem como filogeneticamente – mas limitar-me-ei ao primeiro plano), o pensamento e o discurso têm raízes diferentes e seguem percursos diferentes: 1) estágio do pensamento pré-discursivo e do discurso pré-intelectual, 2) estágio da «psicologia ingénu»: domínio das estruturas gramaticais sem o das estruturas lógicas correspondentes, 3) estágio do discurso egocêntrico (uma «manifestação exterior de natureza interna»), 4) estágio do «enraizamento» – interiorização (Id., *ibid.*: 101-20, 258). A chegada à perfeita convergência entre pensamento e discurso, ao emergir o pensamento verbal ou discurso interiorizado, traduz uma «diferenciação funcional» da linguagem (da função social à egocêntrica) e uma reestruturação do pensamento (a estrutura da linguagem torna-se a do pensamento).

¹⁸ Cf. a hipótese do marcador-somático de A. Damásio (1995).

Este desenvolvimento mostra que o pensamento/discurso interior – o mundo da consciência reflexiva – é não só «mediado» pelo instrumento cultural semiótico, transformado em instrumento psicológico, mas que é também e fundamentalmente, criado por ele. Com efeito, a realização da intro-dução da mediação semiótica constrói a consciência (*cum-scientia*: o *cum* acontece!), forma uma nova interioridade capaz de se dirigir a si mesma (a linguagem é o *medium*), de se situar dialogicamente entre si e si mesma. O monólogo supõe a prioridade do diálogo, porque este fornece os meios – os *media* – necessários à conversação interior e aquele mantém, sob uma forma discursiva e psicológica mais complexa, a mesma matriz dialógica que forma as experiências sociais: «Eu só tenho consciência de mim mesmo na medida em que sou outro para mim mesmo..., o momento social na consciência é primário quer lógica quer cronologicamente..., a consciência deve ser entendida como um exemplo particular de experiência social» (Id., 1997a: 77-9). Mas, apesar do seu sociogeneticismo, Vygotsky conhece uma região psíquica por detrás da palavra e do pensamento: «a esfera motivacional» – o «porquê final» ou primeiro do pensamento (Id., 1987: 282).

A ideia da fundação social do mundo psicológico é o conteúdo «da lei genética geral do desenvolvimento cultural»¹⁹: «*a natureza das funções mentais superiores é social*» (Id., 1997b: 106), estas funções são o produto da interiorização, com a mudança concomitante de estrutura e de função, de formas “interpsicológicas” de comportamento. O conceito de «zona de desenvolvimento próximo» (ZDP) transpõe directamente a «lei genética geral» para o terreno da relação entre a educação (sempre uma forma social, interindividual de coordenação) e o desenvolvimento: a ZDP permite compreender/descrever como é que o desenvolvimento pode ser guiado pela intervenção educativa, como é que a performance interpsicológica pode preceder a competência intrapsicológica. A ZDP é «a distância entre o nível desenvolvimental real, enquanto determinado pela resolução independente [só o indivíduo] de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, enquanto determinado através da resolução de problemas conduzida por um adulto ou em colaboração com colegas mais capazes» (Id., 1978: 86). Bruner e os seus colegas (Wood, Bruner e Ross, 1976) utilizaram a metáfora dos «andaimes» («*scaffolding*») para designar a acção de «suporte» desempenhada pelo educador e a independência subsequente do «edifício» devida à «interiorização» do suporte, quer dizer ao desenvolvimento das competências metacognitivas (num primeiro momento simplesmente intercognitivas) que fazem do sujeito um «*self-scaffolder*» (Meadows, 1994: 338-44). É preciso, no entanto, referir que a extensão da ZDP não é indefinida, pois trata-se da «região dinâmica de sensibilidade onde a transição do funcionamento interpsicológico para o intrapsicológico pode ser efectuado» (Wertsch, 1985: 65), o que implica a existência de limites e que as intervenções «estimulantes» além

¹⁹«*We can formulate the general genetic law of cultural development as follows : every function in the cultural development of the child appears on the stage twice, in two planes, first, the social, then the psychological, first between people as an intermental category, then within the child as an intramental category. This pertains equally to voluntary attention, to logical memory, to the formation of concepts, and to the development of will....All higher mental functions are the essence of internalized relations of a social order, a basis for the social structure of the individual. Their composition, genetic structure, method of action – in a word, their entire nature – is social ; even in being transformed into mental processes, they remaind quasisocial. Man as an individual maintains the functions of socializing. Changing the well-known thesis of Marx, we could say that the mental nature of man represents the totality of social relations internalized and made into functions of the individual and forms of his structure*». (Vygotsky, 1997b: 106)

e aquém desta zona não sejam bem sucedidas – ideia subentendida já no conceito de *optimal mismatch*.

Para Vygotsky, o desenvolvimento é um processo inter-relacional. Além disso, no sentido genético, a intra-subjectividade – “a pertença a si mesmo” – é inter-subjectivamente constituída: «a criança começa a aplicar as mesmas formas de comportamento que os outros inicialmente aplicaram em relação a ela..., tornamo-nos nós próprios através dos outros», mas o sujeito não é pura passividade, pois «o indivíduo torna-se para si mesmo o que é em si mesmo através daquilo que manifesta aos outros» (Vygotsky, 1997b: 102, 105). Todavia, esta constituição intersubjectiva do sujeito consiste na apropriação dos *utensílios* de natureza social: «a linguagem, as formas de numeração, as obras de arte, a escrita, os signos convencionais...tornam-se utensílios psicológicos» («diversos instrumentos artificiais para controlar os seus próprios processos mentais») que *reestruturam* essas mesmas funções (Id., 1997a: 85-7). Contudo, todos os utensílios/ferramentas pertencem à história humana e inscrevem o psiquismo nessa mesma história sócio-cultural. Assim, uma vez «culturalizado» o sujeito psicológico, é preciso «culturalizar» a ciência deste sujeito e, por conseguinte, só uma psicologia sócio-cultural ou sócio-histórica seria concebível. Esta é o que Vygotsky designava, muito expressivamente, na Rússia pós-revolucionária, por *psicologia marxista* que não é uma escola entre outras, mas a «única psicologia autêntica como ciência» (Id., *ibid.*: 341), aquela que assume o «materialismo dialéctico ou materialismo histórico» como sendo a lei fundamental que compreende o homem na sua relação com o real, os homens empenhados na actividade concreta. Cada homem, assim como cada sociedade, é a história inter-partilhada de uma relação continuamente problemática com o mundo. Não há a abstracção metafísica «pessoa» ou «personalidade» como tinha concebido Stern (Id., 1987: 93-9), mas apenas «a história do desenvolvimento da personalidade», tendo sempre uma forma social e conteúdos culturais, que não são senão respostas elaboradas pela comunidade desafiada pelo mundo – a sua vida no mundo. «O trabalho criou o próprio homem – e o discurso humano e a cultura humana e o pensamento humano e a “vida temporal” humana» (Id., 1997a: 182).

O monismo dialéctico vygotskyano, fusão alquimista de Espinosa e Marx, manifesta-se explicitamente no seu propósito de harmonizar/unificar, ainda que sob aspectos diferentes, o comportamento e a consciência por um lado, a personalidade (pensamento privado) e a sociedade (cultura pública) por outro. Daí se deduz que a consciência é apresentada como sendo o «duplo do comportamento» (Id., *ibid.*: 79) e a personalidade como «compreendendo o que é sobrenatural e histórico na humanidade» (Id., 1997b: 242, 251), consistindo no «controlo do mundo interior», característico da «unidade do comportamento», controlo apenas atingido pelo adolescente que, descobrindo as suas possibilidades, consegue projectar um «plano de vida» pessoal. Notemos que a maior personalização anda a par com a maior sócio-culturalização, quer dizer, com a apropriação da mediação semiótica, porque o controlo do comportamento é um processo «mediado», sempre atingido através de estímulos auxiliares (Id., *ibid.*: 87): a liberdade consiste no controlo/criação dos estímulos (sobretudo os estímulos semióticos) – na «*auto-estimulação*» (Id., *ibid.*: 54) ou aplicação a si mesmo dos modos de acção que os outros lhe aplicaram antes (Id., 1987: 357-8).

O sujeito é, na sua relação consigo mesmo, alguém que está sempre «entre» vários, portanto só há inter-sujeitos e, como o seu «inter» se traduz na troca interpenetrante de cultura (onde se encontra o campo privilegiado dos signos), inter-sujeitos semióticos.

Finalmente, visto que a longa história do advento da cultura (a filogénese) e a da sua transmissão (a ontogénese) se fazem no diálogo vivo entre os homens enfrentando as condições desafiantes do real, os intersujeitos semióticos têm uma «situacionalidade» sempre *concretíssima*, a sua facticidade, a sua encarnação sócio-cultural. Estas ideias animaram um grupo de discípulos originais e uma sensibilidade contextual geral: por um lado, a «teoria da actividade» (Leont'ev, Wertsch...) tomando a «actividade mediada por um utensílio» (*tool mediated action*) como unidade de análise, em vez da «palavra significante» (*word meaning*) de Vygotsky (1934) (Wertsch, 1985: 184-208) e, por outro, o olhar ecológico-desenvolvimental consagrado ao «*development in context*», quer em Bronfenbrenner (1979), quer ainda no «*contextualistic paradigm*» (Baltes, Reese & Lipsit, 1980)²⁰.

Vias de (des)integração

O construtivismo internamente regulado do sujeito epistémico, o processo epigenético-sintético do ciclo de vida, a interpersonalidade do sujeito semiótico sócio-culturalmente inscrita são paradigmas incomensuráveis? Partes indissociáveis do mesmo todo? Artefactos analíticos, teórico-metodologicamente forjados e postulados?

Questões desconcertantes que nos remetem imediatamente para os fundamentos das opções primeiras em psicologia do desenvolvimento, aquelas que dizem respeito ao objecto e ao método de estudo. A audácia epistemológica de uma teoria geral sobre o desenvolvimento humano mede-se pelo poder indefinidamente integrador ou pelas qualidades formais de coerência e de robustez diante dos «seus factos»? Além disso, no momento em que os meta-discursos visando as normas/critérios da produção teórica sofrem uma suspeita impiedosa e em que o dilema «integrar/seleccionar» é retoricamente desconstruído (Vonèche e Aeschlimann, 1994), o que será que a teoria «teoriza» (vê)?

Optando pela inconclusão, descrevem-se sumariamente algumas das posições teóricas e metodológicas contemporâneas mais distintivas:

I – O integracionismo maximalista. Identifico aqui o empreendimento visando a harmonização entre o sujeito forte construtivista e a encarnação sócio-cultural gozando igualmente de um poder criador. Valsiner (1994) segue esta via com o que ele chama «uma perspectiva co-construcionista» (*co-constructionist*) (Valsiner, 1994: 250) ou uma «personologia sociogenética» (*sociogenetic personology*) (Id., *ibid.*: 279): uma obra híbrida unificando Baldwin, Piaget, Vygotsky e Stern, entre os clássicos, aos quais junta Shweder, Wertsch e Cole da geração contemporânea de psicologia cultural. O co-construcionismo define-se pela «*preservation of the central role of the active person (who constructs one's psychological world in constant relation with the external world), together with the historical primacy of the social world. Thus, human development is characterized by joint construction (from here the term co-construction) of the psychological system of the developing person by him/herself, and the goal-oriented «social others» who provide the person with the social suggestions*» (Id., *ibid.*: 249). Esta

²⁰ Vygotsky traduziu a unidade personalidade-meio pela «experiência» ou a «prática/actividade social», termos que sublinham o carácter indissociável da ligação psicogenética entre a criança (as suas estruturas psicológicas em desenvolvimento) e a «situação social de desenvolvimento» (cf. introdução de N. Minick in Vygotsky, 1987).

concepção exige como fundamento um «modelo bidireccional da transmissão da cultura» (Id., *ibid.*: 253-5), segundo o qual a cultura colectiva é recriada pelo mundo afectivo-mental das pessoas em interacção. As personalidades dos interlocutores introduzem no processo de codificação-descodificação um princípio de indeterminação e de novidade que reconstitui a cultura «em tempo real». Assim, a teleonomia articula-se com a teleogénese no desenvolvimento, sistema sempre aberto e multi-(in)determinado. «*Developing human beings are constructing themselves with the help of both external (action) and internal (self-processes) regulation via constraining*» (Id., *ibid.*: 285).

II – O integrismo sócio-cultural. Com este termo, pretendo referir-me aos que vão além de Vygotsky para radicalizar o seu projecto ou para tentar vias que ele apenas pressentiu. Wertsch (1991) parte da «mediação semiótica da consciência» para insistir na «*sociocultural situatedness of mediated action*» interligando o quadro cultural, histórico e institucional²¹. Depois do seu percurso vygotskyano, Wertsch aventura-se através da *translinguística* de Bahktin para chegar à configuração total do sentido que tem sempre lugar no plural (a sua dialogicidade, a sua multivocidade, a sua ventriloquia) e no mundo (a sua «corporeidade» intrínseca, a sua «situacionalidade» integral). O *self* incarnado – a negação de uma *disengaged image of self* (Ch. Taylor) – é o único «sensível», o único capaz de sentido, aquele que nunca está só. A abordagem narrativo-dialógica (Day e Tappan, 1996) dedica-se exclusivamente a este *self* que é *dialogical selves* (pluralidade irreductível): a consciência e a palavra sendo lugares privilegiados onde se dá a heterogeneidade das vozes que não podem ser reduzidas à simplicidade monovocal etérea do sujeito epistémico sem a imposição de um silêncio reificado sobre o palco. «A análise textual do *self*» (Shotter e Gergen, 1993) – um textualismo essencialista – praticado pelo *Social Constructionism* radicaliza esta desconstrução semiótico-sócio-cultural do *cogito*: *what we take to be the dimensions of the self in the present era may be viewed, in part, as the accumulated armamentarium of centuries of debate. They are symbolic resources... self is not...the product of in-depth probing of the inner recesses of the psyché. ...Rather, it is a mastery of discourse – a « knowing how » than a « knowing that »* (Gergen, 1993: 75). Um último exemplo deste «integrismo» (a designação não é muito feliz) é o *interaccionismo sócio-discursivo* (Bronckart *et al.*, 1996) que encontra na linguagem a única matéria de que o humano é feito. O pensamento e a consciência são produtos da apropriação/interiorização dos instrumentos semióticos historicamente constituídos: uma forma de monismo linguístico onde a pessoa pode produzir significações novas mediante a reorganização pessoal das significações sociais.

III – O desintegracionismo minimalista. Baltes (1987) defende que o *life-span development* é «uma disciplina dividida em diversas especializações científicas», portanto sem teoria unificadora, mas em que os investigadores se reúnem à volta de algumas «convicções prototípicas» (*prototypical beliefs*) formando uma «família de perspectivas», uma «concepção metateórica da natureza do desenvolvimento» (Baltes, 1987: 612), cujos conceitos chave são os seguintes: 1) o desenvolvimento ao longo da vida, 2) a multidireccionalidade/multidimensionalidade, 3) o desenvolvimento como ganho e perda, 4) a plasticidade, 5) a inscrição histórica (*historical embeddedness*), 6) o contextualismo

²¹ Wertsch (1994: 118): «...without an analysis of some of the concrete ways in which cultural, historical, and institutional contexts shape mediational means, and hence mental functioning, Vygotsky's approach to the social formation of mind is at best incomplete.»

como paradigma e 7) a multidisciplinaridade. Neste minimalismo teórico, um quase ateoricismo, gostaria de sublinhar o «contextualismo» enquanto *núcleo duro* deste programa de investigação «fraco», para utilizar o vocabulário de Lakatos (1970). Com efeito, é sob o signo do contexto que emerge uma atitude que se apresenta como potencialmente pronta a acolher qualquer quadro teórico, embora começando – e talvez seja essencial! – por proceder à des-fundação relativista (*historical embeddedness*) dos eventuais universais do desenvolvimento (incluindo o conceito piagetiano de estágio) e a dissolução do seu possível carácter teleonómico (com a ideia de estágio-*télos*). Na verdade, o «contextualismo» – contra o «idealismo» – (Labouvie-Vief e Chandler, 1978) considera que as interações sujeito-contexto impõem um discurso multiforme, multisíncope, multilinear, multitético, uma solução qualificada como “mais pragmática”. É evidente que a «crise» epistemológica de que fala Gergen (1980) descreve a própria natureza deste minimalismo e conforta-o: a relatividade histórica torna-se o *leit-motiv*, daí o recalçamento teórico e o investimento metodológico massivo com a difusão das investigações transverso-sequenciais (postulando que a pertença a uma coorte prima sobre as leis ontogenéticas: Schaie e Labouvie-Vief [1974] explicitam-no). Consequentemente, no mundo das contingências, a «descrição/visão» tem prioridade sobre o esforço de explicação/compreensão e a audácia explicativa-hermenêutica é reduzida ou «minimizada»: *contextualismo como paradigma*. As teorias que parecem capazes de aí ser assimiladas são teorias anomológicas ou «caóticas», por exemplo: 1) a «concepção dialéctica do desenvolvimento» de Riegel (1979) e 2) o «desenvolvimento como construção pessoal e cultural» de Brandtstädter (1990).

BIBLIOGRAFIA

1. Bahktin, M. (1981). *The dialogic imagination: four essays*. Austin: University of Texas Press.
2. Bahktin, M. (1986). *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press.
3. Baltes, P. B. (1987). Theoretical propositions of life-span developmental psychology: on the dynamics between growth and decline. *Developmental Psychology*, vol. 23, 5, 611-26.
4. Baltes, P. B., Reese, H. W. & Lipsit, L. P. (1980). Life-span developmental psychology. *Annual Review of Psychology*, 31, 65-110.
5. Brandtstätter, J. (1990). Development as a personal and cultural construction. In G. R. Semin & J. K. Gergen (Eds.), *Everyday understanding: social and scientific implications*. London: Sage.
6. Bronckart, J.-P., Clémence, A., Schneuwly, B. & Schurmans, M.-N. (1996). Manifesto. Reshaping humanities and social sciences: a Vygotskyan perspective. *Swiss Journal of Psychology*, 55 (2/3), 74-83.
7. Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
8. Broughton, J. M. (Ed.). (1987). *Critical theories of psychological development*. New York: Plenum.
9. Broughton, J. M. & Zahaykevich, M. K. (1988). Ego and ideology: a critical review of Loevinger's theory. In D. K. Lapsley & F. C. Power (Eds.), *Self, ego, and identity: integrative approaches*. New York: Springer-Verlag.
10. Colby, A. & Kohlberg, L. (1987a). *The measurement of moral judgment. Vol. I Theoretical foundations and research validation*. Cambridge: Cambridge University Press.

11. Colby, A. & Kohlberg, L. (1987b). *The measurement of moral judgment. Vol. II Standard issue scoring manual*. Cambridge: Cambridge University Press.
12. Crivisqui-Linares, C. (1983). *La stimulation des comportements prosociaux à partir de livres pour enfants*. Louvain-la-Neuve: Faculté de Psychologie et Sciences de l'Education (thèse de doctorat non publiée).
13. Damásio, A. (1995). *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
14. Day, J. M. & Tappan, M. B. (1996). The narrative approach to moral development: from the epistemic subject to dialogical selves. *Human Development*, 39, 67-82.
15. Doise, W. (1996). The origins of developmental psychology: Baldwin, Cattaneo, Piaget and Vygotsky. *Swiss Journal of Psychology*, 55 (2/3), 139-49.
16. Ducret, J.-J. (1984). *Jean Piaget: savant et philosophe. Les années de formation, 1907-1924*. Genève: Droz.
17. Erikson, E. H. (1963/1950). *Childhood and society*. New York: Norton.
18. Erikson, E. H. (1972/1968). *Adolescence et crise: la quête de l'identité*. Paris: Flammarion.
19. Foucault, M. (1968/1966). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugália Editora.
20. Freire, P. (1975). *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento.
21. Freud, S. (1968/1953). *The standard edition of the complete psychological works of S. Freud. vol. VII*. London: Hogarth.
22. Gergen, K. J. (1980). The emerging crisis in life-span developmental theory. In P. B. Baltes & O. G. Brim (Eds.), *Life-span development and behavior* (vol. 3). New York: Academic.
23. Gergen, K. J. (1993). Warranting voice and the elaboration of the self. In J. Shotter & K. J. Gergen (Eds.), *Texts of identity*. London: Sage.
24. Gilligan, C. (1977). In a different voice: women's conceptions of self and morality. *Harvard Educational Review*, 47, 4, 481-517.
25. Gilligan, C. (1982). *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
26. Grotevant, H. D. (1993). The integrative nature of identity: bringing the soloists to sing in the choir. In J. Kroger (Ed.), *Discussions on ego identity*. Hillsdale: LEA.
27. Inhelder, B.; Sinclair, H. & Bovet, M. (1974). *Apprentissage et structures de la connaissance*. Paris: PUF.
28. Josselson, R. (1980). Ego development in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of adolescent psychology*. New York: Wiley.
29. Josselson, R. (1988). The embedded self: I and thou revisited. In D. K. Lapsley & F. C. Power (Eds.), *Self, ego, and identity: integrative approaches*. New York: Springer-Verlag.
30. Kohlberg, L. (1984). *The psychology of moral development: the nature and validity of moral stages*. Cambridge: Harper & Row.
31. Kohlberg, L. (1986). A current statement on some theoretical issues. In S. Modgil & C. Modgil (Eds.), *Lawrence Kohlberg: consensus and controversy*. Philadelphia: Falmer.
32. Kohlberg, L., Levine, Ch., Hewer, A. (1983). *Moral stages: a current formulation and a response to critics*. New York: Karger.
33. Kuhn, D. (1972). Mechanisms of change in the development of cognitive structures. *Child Development*, 43, 833-844.
34. Labouvie-Vief, G. & Chandler, M. J. (1978). Cognitive development and life-span developmental theory: idealistic versus contextual perspectives. In P. B. Baltes (Ed.), *Life-span development and behavior* (vol. 3). New York: Academic.

35. Lakatos, I. (1970). Falsification and the methodology of scientific research programmes. In I. Lakatos & A. Musgrave (Eds.), *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press. 91-196.
36. Lautrey, J. (1980). *Classe sociale, milieu familial, intelligence*. Paris: Puf.
37. Lévinas, E. (1992/1986). *De Dieu qui vient à l'idée*. Paris: J. Vrin.
38. Lévinas, E. (1974). *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. La Haye: Martinus Nijhoff.
39. Lourenço, O. (1996). Reflections on narrative approaches to moral development. *Human Development*, 39, 83-99. (A crítica narrativa da teoria moral de Kohlberg: espere um momento, senhor pós-modernista!... *Análise*, 19, 1996, 53-80.)
40. Marcia, J. E. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 3, 5, 551-8.
41. Marcia, J. E. (1980). Identity in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of adolescent psychology*. New York: Wiley.
42. Marcia, J. E. (1988). Common processes underlying ego identity, cognitive/moral development, and individuation. In D. K. Lapsley & F. C. Power (Eds.), *Self, ego, and identity: integrative approaches*. New York: Springer-Verlag.
43. Marcia, J. E. (1993). The relational roots of identity. In J. Kroger (Ed.), *Discussions on ego identity*. Hillsdale: LEA.
44. Meadows, S. (1994). *The child as a thinker: the development and acquisition of cognition in childhood*. London: Routledge.
45. Morgado, L. (1998). The epistemic subject and the psychological subject: a different methodological approach. In A. C. Quelhas & F. Pereira (Eds.), *Cognition and context*. Lisboa: ISPA.
46. Moscovici, S. (Ed.).(1984). *Psychologie sociale*. Paris: Puf.
47. Oyserman, D. & Packer, M. J. (1996). Social cognition and self-concept: a socially contextualized model of identity. In J. L. Nye & A. M. Brower (Eds.), *What's « social » about social cognition? Research on socially shared cognition in small groups*. Thousand Oaks: Sage.
48. Perret-Clermont, A.-N. (1996/1979). *La construction de l'intelligence dans l'interaction sociale*. Bern: Peter Lang.
49. Perry, W. G. (1970/1968). *Forms of intellectual and ethical development in the College years: a scheme*. New York: Holt.
50. Pervin, L. A. & Lewis, M. (1978). Overview of the internal-external issue. In L. A. Pervin & M. Lewis (Eds.), *Perspectives in interactional psychology*. New York: Plenum.
51. Piaget, J. (1965). *Etudes sociologiques*. Genève: Droz.
52. Piaget, J. (1967a/1947). *La psychologie de l'intelligence*. Paris: Armand Colin.
53. Piaget, J. (1967b). *Biologie et connaissance: essai sur les relations entre les régulations organiques et les processus cognitifs*. Paris: Gallimard.
54. Piaget, J. (1972). *Problèmes de psychologie génétique*. Paris: Denoël.
55. Piaget, J. (1974). *L'adaptation vitale et psychologie de l'intelligence: sélection organique et phénocopie*. Paris: Hermann.
56. Piaget, J. (1975). *L'équilibration des structures cognitives: problème central du développement*. Paris: Puf.
57. Piaget, J. (1987/1968). *Le structuralisme*. Paris: Puf.
58. Piaget, J. (1995/1932). *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: Puf.
59. Piaget, J. et Inhelder, B. (1976/1966). *La psychologie de l'enfant*. Paris: Puf.
60. Ricoeur, P. (1985). *Temps et récit, t. 3 Le temps raconté*. Paris: Seuil.
61. Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil.

62. Riegel, K. F. (1979). *Foundations of dialectical psychology*. New York: Academic Press.
63. Riegel, K. F. & Meacham, J. A. (1978). Dialectics, transaction, and Piaget's theory. In L. A. Pervin & M. Lewis (Eds.), *Perspectives in interactional psychology*. New York: Plenum.
64. Schaie, K.W. & Labouvie-Vief, G. (1974). Generational versus ontogenetic components of change in adult cognitive behavior: a fourteen-year cross-sequential study. *Developmental Psychology*, vol.10, 3, 305-20.
65. Selman, R. L. (1980). *The growth of interpersonal understanding: developmental and clinical analyses*. New York: Academic Press.
66. Selman, R. L. (1988). Utilisation de stratégies de négociation interpersonnelle et capacités de communication: une exploration clinique longitudinale de deux adolescentes perturbées. In R. A. Hinde, A.-N. Perret-Clermont, & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *Relations interpersonnelles et développement des savoirs*. Cousset: DeVal.
67. Shotter, J. & Gergen, K. J. (Eds.). (1993). *Texts of identity*. London: Sage.
68. Simões, M. C. (1992). *O diálogo sujeito-objecto na produção de novas coordenações cognitivas: estudo da concepção interacionista na obra de Jean Piaget*. Lisboa: Rumo.
69. Slugoski, B. R. & Ginsburg, G. P. (1993). Ego identity and explanatory speech. In J. Shotter & J. K. Gergen (Eds.), *Texts of identity*. London: Sage.
70. Turiel, E. (1966). An experimental test of the sequentiality of developmental stages in the child's moral judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 611-618.
71. Valsiner, J. (1994). Culture and human development: a co-constructionist perspective. In P. van Geert, L. P. Mos, & W. J. Baker (Eds.), *Annals of theoretical psychology* (vol.10). New York: Plenum.
72. Vandenplas-Holper, Ch. (1987). *Education et développement social de l'enfant*. Paris: Puf.
73. Vandenplas-Holper, Ch. (1990). Prospects for future research and intervention. In Ch. Vandenplas-Holper & B. P. Campos (Eds.), *Interpersonal and identity development: new directions*. Porto: ICPFD.
74. Vandenplas-Holper, Ch. (1998). *Le développement à l'âge adulte et pendant la vieillesse: maturité et sagesse*. Paris: Puf.
75. van Geert, P. (1986). The concept of development. In P. van Geert (Ed.), *Theory building in developmental psychology*. Amsterdam: North Holland.
76. Vonèche, J. J. & Aeschlimann, E. (1994). Theory integration versus theory selection in developmental psychology. In P. van Geert, L. P. Mos, W. J. Baker (Eds.), *Annals of theoretical psychology* (vol.10). New York: Plenum.
77. Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in society: the development of higher psychological processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
78. Vygotsky, L. S. (1987). *The collected works of L. S. Vygotsky. vol. 1 Problems of general psychology*. Edited by R. W. Rieber & A. S. Carton. New York: Plenum.
79. Vygotsky, L. S. (1997a). *The collected works of L. S. Vygotsky. vol. 3 Problems of the theory and history of psychology*. Edited by R. W. Rieber & J. Wollock. New York: Plenum.
80. Vygotsky, L. S. (1997b). *The collected works of L. S. Vygotsky. vol. 4 The history of the development of higher mental functions*. Edited by R. W. Rieber. New York: Plenum.
81. Werner, H. (1957). The concept of development from a comparative and organismic point of view. In D. B. Harris (Ed.), *The concept of development: an issue in the study of human behavior*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
82. Wertsch, J. V. (1985). *Vygotsky and the social formation of mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
83. Wertsch, J. V. (1991). *Voices of the mind: a sociocultural approach to mediated action*. London: Harvester.

84. Wertsch, J. V. (1994). Sociocultural issues in soviet psychological research. In P. van Geert, L. P. Mos & W. J. Baker (Eds.), *Annals of theoretical psychology* (vol. 10). New York: Plenum.
85. Wood, D., Bruner, J. S., & Ross, G. (1976). The role of tutoring in problem solving. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 17, 89-100.

A inteireza do sujeito: entre a autonomia estrutural e a anomia narrativa

RESUMO

A psicologia do desenvolvimento tem compreendido o “sujeito” como essencialmente activo, propondo modelos construtivistas regulados por uma lógica estrutural interna marcadamente autónoma e autonómica. O “sujeito epistémico” de Piaget e Kohlberg assim como o “sujeito integrador” de Erikson e Marcia são obras paradigmáticas deste género de compreensão. Recentemente, uma alternativa a-estrutural (em parte, inspirada pelos conceitos desafiantes de Vygotsky e Bahktin, isto é, na “constituição semiótica da consciência” e no “dialogismo heteroglóssico”) tem proposto um *sujeito narrativo* ou *hermenêutico*, “sem interioridade”, essencialmente *heterónimo* e *anómico*: um *sujeito-texto-biografia* rescrevendo-se *dialógica* e *ecologicamente*. A desconstrução do estruturalismo construtivista poderá, portanto, libertar vastas regiões do sujeito e aproximar-nos da fonte do sentido, anunciando uma *subjectividade-ipseidade* não-estrutural (Ricoeur) “*mais passiva que toda a passividade*” – não-construtiva (Lévinas).

Palavras-chave: construtivismo, dialógica, estruturalismo, hermenêutica, identidade narrativa, subjectividade.

L’entièreté du sujet: entre l’autonomie structurale et l’anomie narrative

RÉSUMÉ

En proposant des modèles constructivistes régulés par une logique structurale interne fortement autonome et autonémique, la psychologie du développement a compris le “sujet” comme essentiellement actif. Le “sujet épistémique” de Piaget et de Kohlberg ainsi que le “sujet intégrateur” d’Erikson et de Marcia sont des oeuvres paradigmatiques de ce genre de compréhension. Récemment, une alternative a-structurale (en partie, inspirée par les concepts défiants de Vygotsky et de Bahktin, c’est-à-dire par la “constitution sémiotique de la conscience” et par le “dialogisme hétéroglossique”) a proposé un *sujet narratif* ou *herméneutique*, “sans intériorité”, essentiellement *hétéronome* et *anémique*: un *sujet-texte-biographie* se réécrivant et dialogiquement et écologiquement. La déconstruction du structuralisme constructiviste pourra donc libérer de vastes régions du sujet et nous rapprocher de la source du sens, en annonçant une *subjectivité-ipseité* non-structurale (Ricoeur) “*plus passive que toute passivité*” – non-constructive (Lévinas).

Mots-clefs: constructivisme, dialogique, herméneutique, identité narrative, structuralisme, subjectivité.

The wholeness of the subject: between the structural autonomy and the narrative anomaly

ABSTRACT

The psychology of development has understood the “subject” as essentially active, by proposing constructivist models regulated by an inner structural logic markedly autonomous and autonomic. Piaget and Kohlberg’s “epistemic subject” as well as Erikson and Marcia’s “integrating subject” are paradigmatic creations of this kind of understanding. Recently, an a-structural alternative (partly inspired by Vygotsky and Bahktin’s challenging concepts, i.e., “semiotic constitution of consciousness” and “heteroglossic dialogism”) has been proposing a *narrative* or *hermeneutic subject*, “without interiority”, essentially *heteronomous* and *anomic*: a *text-biography-subject* which is *dialogically* and *ecologically* rewritten. Thus the deconstruction of constructivist structuralism will be able to liberate large regions of the subject and lead us close to the source of meaning, for it announces a *subjectivity-ipseity* non-structural (Ricoeur) and “*more passive than all passivity*” – non-constructive (Lévinas).

Key-words: constructivism, dialogical self, hermeneutics, narrative identity, structuralism, subjectivity.